

p 31
Alc caderno

Direito dos trabalhadores avança na Constituinte

1961 14M 9 2
por Thais Bastos de Brasília

Constituintes dos partidos de esquerda e alguns do PMDB conseguiram fazer prevalecer suas opiniões e garantir a manutenção dos principais pontos do projeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores votados na última sexta-feira. A estabilidade no emprego, salvo cometimento de falta grave, aprovada por dezessete votos a dois, foi o ponto mais polêmico e o único a suscitar aplausos dos presentes.

Os constituintes membros da subcomissão aprovaram também a redução da jornada de trabalho para quarenta horas, o reajuste automático mensal de salários, alimentação ao trabalhador nos locais de trabalho e salário-família fixado em 10% do salário mínimo, entre outras disposições. A votação prosseguiu durante este fim de semana devido à impossibilidade de análise de todo o anteprojeto na sexta-feira.

O deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) orquestrava uma reação contrária a grande parte das disposições do anteprojeto. Com o recorde de 42 pedidos de destaque, ele argumentava que o anteprojeto apresentado era por demais detalhista para uma Constituição e vedava a sua maioria, acompanhado nas votações por parlamentares do PFL e do PDS. Com duas horas de sessão e cinco de seus pedidos de destaque apreciados e derrotados, Rosenmann pediu ao presidente da subcomissão a retirada de votação de todos os seus demais destaques. Visivelmente nervoso com o que chamou de "jogo de cartas marcadas", Rosenmann esclareceu: "Não sou reacionário, defendo o direito de greve e a sindicalização. Apenas considero que o emprego está ameaçado com tantas garantias, e sem emprego não adianta todas as vantagens".

A tônica do debate e votação do anteprojeto substitutivo do relator Mário Lima (PMDB-BA) deverá ser a mesma neste final de semana. Os progressistas são maioria e treze de seus votos aprovam qualquer disposição. Na feitura do substitutivo, esta tendência já podia ser observada. Das 476 emendas apresentadas pelos membros da subcomissão, apenas cerca de 70 foram acolhidas total ou parcialmente, segundo informou um assessor técnico da Câmara que supervisionou o trabalho.

Suprimido o conselho de comunicação

por Rita Medeiros de Brasília

O conselho de comunicação foi suprimido do parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação por um substitutivo do deputado pemedebista José Carlos Martinez, que alterou o texto original da deputada Cristina Tavares, para delegar ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional e responsabilidade pelas concessões de radiofusão.

A última sexta-feira foi o dia mais tenso nessa Subcomissão da Constituinte. Embora os trabalhos tenham transcorrido por mais de cinco horas em cima da proposta de criação de um conselho de comunicação, a votação aconteceu durante um momento de muita confusão. Os deputados defensores da proposta de Cristina Tavares retiraram-se do plenário antes do encaminhamento final da votação e garantiram que irão recorrer junto à Comissão de Sistematização. Segundo a deputada o substitutivo apresentado por Martinez não alterava o texto do artigo 16 que fixava o conselho de comunicação constituído por quinze entidades de classe, mas o item seguinte, que dispunha sobre as atribuições do órgão.

PRESSÕES

As pressões para que os constituintes não votassem favoravelmente à criação do conselho nacional das comunicações, reserva de mercado para a informática e derrubassem o anteprojeto da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) cresceram à medida que se aproximava a hora da votação.